

**DETERMINANTES DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS DO GOVERNO
MUNICIPAL NO OESTE DO PARANÁ**

**DETERMINANTS OF THE DISCLOSURE OF FINANCIAL INFORMATION FROM THE MUNICIPAL
GOVERNMENT IN THE WEST OF PARANÁ**

**DETERMINANTES DE LA DIVULGACIÓN DE INFORMACIÓN FINANCIERA DEL GOBIERNO
MUNICIPAL EN EL OESTE DE PARANÁ**

Sérgio Adriano Romero

Mestrado em Contabilidade

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

E-mail: sergyoadr@gmail.com

Gilmar Ribeiro Mello

Doutorado em Contabilidade

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

E-mail: gilmar.mello@unioeste.br

Artigo recebido em 28/09/2020. Revisado por pares em 03/01/2021. Recomendado para publicação em 10/01/2023, por Ademar Dutra (Editor Científico). Publicado em 06/02/2023. Avaliado pelo Sistema double blind review.

©Copyright 2021 UNISUL-PPGA/Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios. Todos os direitos reservados. Permitida citação parcial, desde que identificada a fonte. Proibida a reprodução total. Revisão gramatical, ortográfica e ABNT de responsabilidade dos autores.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é analisar os fatores determinantes da divulgação de informações financeiras das prefeituras dos municípios do oeste do Paraná sob a ótica das Teorias da Agência e Legitimidade. Na análise de dados utilizou-se estatística descritiva e regressão linear. Foi criado um Índice de Divulgação Financeira (IDF) dos municípios baseado nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). Seis fatores foram testados: tamanho do município, receitas orçamentárias, transferências governamentais, renda municipal, educação da população e condição financeira. Os resultados apontam que variável renda municipal é positiva e significativa para explicar a variação do IDF nos municípios do oeste paranaense.

Palavras-chave: contabilidade pública; índice de divulgação; assimetria da informação; divulgação financeira; municípios.

ABSTRACT

The objective of this research is to analyze the determinants of the disclosure of financial information of the municipalities of western Paraná from the perspective of Agency Theories and Legitimacy. In the data analysis, descriptive statistics and linear regression were used. A Municipal Financial Disclosure Index was created based on the NBCASP's and the MCASP. Six factors were tested: size of the municipality, budget revenues, government transfers, municipality income, education of the population and financial condition. The results show that the variable per capita income is positive and significant to explain the variation of the IDF in the municipalities of western Paraná.

Keywords: public accounting; index of disclosure; asymmetry of information; financial disclosure; municipalities.

RESUMEN

El objetivo de esta investigación es analizar los factores determinantes de la divulgación de la información financiera de las alcaldías de los municipios del oeste de Paraná desde la perspectiva de las Teorías de la Agencia y la Legitimidad. En el análisis de datos se utilizó estadística descriptiva y regresión lineal. Se creó un Índice de Divulgación Financiera (IDF) de los municipios basado en NBCASP y MCASP. Se probaron seis factores: tamaño del municipio, ingresos presupuestarios, transferencias gubernamentales, ingresos municipales, educación de la población y condición financiera. Los resultados indican que la variable renta municipal es positiva y significativa para explicar la variación de la IDF en los municipios del oeste de Paraná.

Palabras clave: contabilidad pública; índice de divulgación; asimetría de la información; divulgación de información financiera; municipios.

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa versa sobre fatores que são determinantes para a divulgação de informações financeiras em municípios brasileiros. Este tema é relevante, sob a perspectiva das Teorias da Agência e da Legitimidade, para possibilitar a compreensão dos conflitos de agência que ocorre entre as decisões de representantes eleitos do governo e a sociedade, a assimetria de informação existente na informação detida pelo governo e a divulgada de maneira compulsória ou voluntária, e a legitimidade das ações que a administração pública busca perante a sociedade.

A Teoria da Agência explica a organização como umnexo de contratos, que coordena a relação dos indivíduos com a propriedade por meio de direitos e deveres (JENSEN; MECKLING, 1976). Nessa relação, surgem as figuras do principal e do agente, pelo qual o primeiro transfere ao segundo a responsabilidade de gerir a propriedade privada, e existem conflitos de interesse que surgem pela assimetria da informação e pela decisão do agente de desviar a função de maximizar os interesses do proprietário.

No setor público, Zimmerman (1977) afirma que a delegação da autoridade pelos cidadãos aos políticos eleitos pode criar conflitos de agência, pois nem sempre o agente político irá atuar no interesse do principal, que são os cidadãos. Nesse contexto, os custos políticos e de agência dessa relação influenciam a legitimidade das ações do governo em frente à sociedade.

A Teoria da Legitimidade explica que em organizações políticas os representantes eleitos nem sempre tomam decisões para maximizar o bem-estar social, e sim, para elevar a sua reputação para o seu grupo de eleitores, ou para a sociedade nos períodos em que ela estiver sob ameaça (SELZNICK, 1952). A divulgação de informações é um mecanismo que auxilia a reduzir os custos políticos e a assimetria de informação, ao permitir a avaliação do desempenho dos administradores públicos com base nas informações divulgadas (SERRANO-CINCA; RUEDA-TOMÁS; PORTILLO-TARRAGONA, 2009; ZIMMERMAN, 1977).

Mas, segundo Verrecchia (2001), para que seja possível verificar a existência do alinhamento de interesses entre a sociedade e o governo, é necessário que a administração pública forneça uma maior quantidade de informações de qualidade, relevantes e confiáveis, de forma que proporcione a redução da assimetria de informação entre as partes.

Na literatura desta área de conhecimento, diversas variáveis são consideradas determinantes do nível de divulgação da informação financeira municipal, tais como o tamanho do município (BOLÍVAR; MUÑOZ; HERNÁNDEZ, 2013; GIROUX; MCLELLAND, 2003; INGRAM, 1984; PÉREZ; HERNÁNDEZ, 2009; PIRES, 2012; SERRANO-CINCA; RUEDA-TOMÁS; PORTILLO-TARRAGONA, *et al.*, 2009; ZIMMERMAN, 1977), a receita orçamentária do governo (AVELINO *et al.*, 2014; BOLÍVAR; MUÑOZ; HERNÁNDEZ, 2013; PIRES, 2012; RIBEIRO; ZUCCOLOTTO, 2014), as transferências intergovernamentais (BOLÍVAR; MUÑOZ; HERNÁNDEZ, 2013; CHRISTIAENS; WINDELS; ANSLEMBROUCK, 2004; GIROUX; MCLELLAND, 2003; INGRAM, 1984; MUÑOZ; BOLÍVAR; HERNÁNDEZ, 2013), a renda da população (AVELINO *et al.*, 2014; INGRAM, 1984), a educação da população (RÍOS; BENITO; BASTIDA, 2013) e a condição financeira da administração pública (BOLÍVAR; MUÑOZ; HERNÁNDEZ, 2013; INGRAM, 1984; ZIMMERMAN, 1977).

Além disso, as mudanças proporcionadas pela convergência das normas nacionais de contabilidade aplicadas ao setor público aos padrões internacionais, obrigatória para os municípios desde 2015, proporcionam o aumento na qualidade da informação contábil, tornando-a mais compreensível, confiável e homogênea. Por consequência, essa melhora irá se refletir na qualidade das demonstrações contábeis do setor público no Brasil (CASTRO, 2016).

Considerando que o processo de convergência das normas contábeis brasileiras as normas internacionais são recente e ainda estão em continuidade, são poucos os estudos que buscam compreender o nível de divulgação de informações financeiras dos municípios baseados nas novas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, as NBCASP, e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o MCASP (CASTRO, 2016).

Nesse cenário, se torna relevante realizar a análise dos fatores determinantes que influenciam o nível de divulgação financeira de informações pelos entes municipais, tendo como base o nível de divulgação das demonstrações financeiras aplicadas ao setor público em conformidade com a NBCASP e o MCASP. Esta possibilidade de estudo auxilia a compreensão dos fatores que influenciam o comportamento de divulgação dos atos e fatos pelo agente público, que podem gerar um conflito de interesse em sua relação com a sociedade.

Com base no contexto apresentado, surge a questão de pesquisa: quais são os fatores determinantes do nível de divulgação de informações financeiras dos municípios do oeste do Paraná?

O objetivo geral desta pesquisa é analisar os fatores determinantes do nível de divulgação de informações financeiras dos municípios do oeste do Paraná. Para atingi-lo, o estudo foi dividido em etapas, quais sejam: pesquisar os principais fatores, com base na literatura, que podem ser determinantes para influenciar a divulgação de informações da administração pública municipal; criar um índice para estimar o nível de divulgação de informações financeiras das prefeituras da amostra, com base nas NBCASP e no MCASP; e analisar o impacto dos fatores determinantes no nível de divulgação de informações financeiras dos municípios do oeste paranaense, aplicando-se a regressão linear.

Para a delimitação da amostra e avaliação empírica do estudo, selecionou-se a região oeste do Paraná. Esta mesorregião é composta por 50 municípios com relevância na economia estadual. Foram coletados dados dos demonstrativos contábeis nos portais da transparência dos municípios para se criar um índice de divulgação financeira e levantado dados secundários de fontes que representassem os seguintes fatores para a análise econométrica: tamanho do município, receita orçamentária, transferências intergovernamentais, renda da população, educação da população e condição financeira do governo.

Esta pesquisa justifica-se na área da contabilidade pública e para a ciência no geral, na medida em que busca compreender a realidade de municípios brasileiros mediante a construção de indicadores científicos e na avaliação empírica da relação entre variáveis que explicam o comportamento real de agentes públicos. Cientificamente, o estudo contribui na criação de um índice de divulgação de informações financeiras compulsórias em municípios brasileiros, com base nas normas contábeis brasileiras, que estão em consonância com as normas internacionais.

Socialmente, a pesquisa contribui ao tentar explicar teoricamente os fatores que influenciam a relação entre os cidadãos e seus representantes eleitos, e, assim, a população pode cobrar maior transparência dos atos públicos. Gerencialmente, o estudo contribui com a tomada de decisão dos gestores públicos municipais em relação a sua situação no nível de divulgação de informações financeiras, além dos impactos dos fatores estimados que influenciam suas decisões no cotidiano e contribuem ou não para legitimar suas ações.

Por fim, a pesquisa também contribui para ampliar a discussão sobre a divulgação de informações e a transparência do setor público no Brasil, no contexto das Teorias da Agência e da Legitimidade, para elevar o número de pesquisas na área, que ainda é escasso no país.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 TEORIA DA AGÊNCIA

A Teoria da Agência, formalizada por Jensen e Mecking (1976), pressupõe a organização como uma rede ou nexo de contratos, onde se estabelecem funções entre os agentes e definem-se direitos e deveres nas relações entre usuários e a propriedade. Dessa relação surge a figura do agente ou administrador e do principal, o proprietário, em que o primeiro possui a função de gerir e maximizar o objetivo da organização e o segundo é o dono da propriedade, que delega a função de gestão para o agente.

Na administração pública, a teoria da agência pode ser averiguada a partir da relação entre sociedade (principal) e governo (agente). Rocha *et al.* (2012) observam que esta relação é similar à de organizações produtivas, na medida em que a sociedade escolhe um representante eleito para tomar as decisões da gestão dos recursos públicos, que devem ser bem gerenciados para garantir o bem-estar da população.

Ocorre que nem sempre o agente agirá com a melhor intenção para o alcance dos resultados esperados pelo principal. Peres (2007) explica que o agente eleito contrata, durante o seu governo, diversos gestores para o auxiliar a gerenciar a administração pública, tendo como um dos interesses a busca pela reeleição, ou seja, um interesse particular. Essa situação sugere uma possibilidade de conflitos de interesses nas relações entre o agente e o principal.

Rocha *et al.* (2012) afirmam que, para a tomada de decisão, os agentes não consideram apenas os objetivos de sua organização, e levam em conta também os seus próprios interesses, o que é chamado na literatura econômica de oportunismo. Um motivo para esse comportamento por parte do agente é a assimetria de informação existente entre o mesmo e o principal.

Saito e Silveira (2008) explicam que a assimetria de informação é considerada a situação em que uma das partes não possui a informação completa para analisar a aceitação ou implementação do contrato social estabelecido entre as partes. Algumas das formas de minimizar o conflito de agência é a estruturação do processo de prestação de contas da entidade, a divulgação de informações e a instituição de práticas de governança corporativa.

Assim, a divulgação da informação, obtida pela apresentação de relatórios e das demonstrações financeiras ou contábeis do ente público, é uma das principais ferramentas da sociedade para acompanhar a gestão dos recursos públicos pelos representantes eleitos e alinhar os interesses do povo junto ao governo (CASTRO, 2016).

2.2 TEORIA DA LEGITIMIDADE

O conceito de legitimidade surgiu na análise de organizações políticas e posteriormente foi adaptado para outros tipos de organizações (SELZNICK, 1952). Patten (2002) afirma que a teoria da legitimidade preconiza que uma organização busca estar em uma condição em que o seu sistema de valor esteja alinhado com os valores do sistema social que orienta o comportamento dos indivíduos ao seu redor. Diante disso, caso ocorra um desalinhamento entre esses dois sistemas de valor, haverá uma redução da legitimidade da organização.

No setor público, Zimmerman (1977) afirma que a delegação de autoridade pelos cidadãos aos políticos pode criar problemas de agência, e nem sempre o agente (político) irá atuar no melhor interesse do principal (cidadãos). Nesse contexto, surgem custos políticos que influenciam a legitimidade do governo em relação à sociedade.

Serrano-Cinca, Rueda-Tomás e Portillo-Tarragona (2009) explicam que quanto maior for o município em termos de população, maior é o nível de assimetria de informação entre políticos e cidadãos, o que eleva os custos de agência e o custo político de tomada de decisão. Para minimizar esse conflito, a divulgação de informações ajuda a reduzir estes custos e a assimetria de informação ao permitir a avaliação do desempenho dos administradores públicos.

Nesse contexto, a contabilidade é um importante instrumento para alinhar os interesses e minimizar o conflito de agência. Beuren e Söthe (2009) explicam que, por meio dos demonstrativos contábeis, os gestores podem reduzir ou ampliar a quantidade de informações sobre atos administrativos disponibilizadas à sociedade, selecionando informações que demonstrem o cumprimento de suas obrigações, conforme a expectativa da sociedade.

Diante das considerações apresentadas sobre as Teorias da Legitimidade e da Agência, é possível depreender-se que ambas determinam fatores que influenciam a divulgação de

informações financeiras nas organizações públicas. Na próxima seção são apresentados os fatores determinantes da divulgação no setor público e a construção das hipóteses da pesquisa.

2.3 DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS NO SETOR PÚBLICO

A importância concedida à transparência das informações no setor público para melhorar a prestação de contas levou ao desenvolvimento de pesquisas destinadas a identificar quais são os principais fatores que elevam o nível de divulgação de informações pelo governo. Muitas dessas investigações examinaram quais fatores incentivavam a divulgação de informações e como o governo eletrônico promove a resolução dessas demandas (PÉREZ; BOLÍVAR; HERNÁNDEZ, 2008; GARCÍA; GARCÍA-GARCÍA, 2010; SERRANO-CINCA; RUEDA-TOMÁS; PORTILLO-TARRAGONA, 2009).

No cenário nacional, Avelino *et al.* (2014) investigaram as características explicativas do *disclosure* voluntário de 130 entes públicos de Minas Gerais. Foi verificado por meio de um índice uma média de divulgação abaixo de 50%. Os resultados da pesquisa indicaram que o tamanho do governo, o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) e a filiação partidária são características explicativas do nível de divulgação voluntária no setor público.

Ribeiro e Zuccolotto (2014), em sua pesquisa, identificaram quais fatores fiscais e sociais influenciavam o índice de transparência fiscal de 1.710 municípios brasileiros. Entre os achados os autores identificaram que apenas 19% dos entes analisados apresentaram informações em quantidade e qualidade suficientes para avaliação dos cidadãos. Além disso, constataram que todas as variáveis estudadas influenciam na divulgação de informações pela internet, porém, os indicadores de desenvolvimento, representados pelos IFDM Educação, Saúde e Emprego e Renda, apresentaram maior relevância na análise discriminante.

Castro (2016), em seu trabalho, buscou identificar as características das unidades federativas capazes de explicar o seu nível de divulgação, com base nas NBCASP. A autora constatou que os entes analisados, em média, divulgavam 76% dos itens obrigatórios da norma. Em relação às DCASP, por exemplo, aproximadamente 58% dos entes as divulgaram em sua totalidade. Além disso, o autor encontrou evidências que suportam a influência positiva das variáveis tamanho do ente, receita orçamentária, transferências de

intergovernamentais, PIB *per capita*, IFDM, Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) no nível de divulgação de informações.

Entre os estudos internacionais, Guillamón, Bastida e Benito (2011) analisaram o impacto de fatores e socioeconômicos sobre a transparência financeira nos 100 maiores municípios espanhóis no ano de 2008. De acordo com os resultados, impactaram positivamente no nível de transparência as variáveis imposto *per capita*, transferências financeiras *per capita*, ideologia política de esquerda e o tamanho da população.

Pires (2012) investigou os determinantes da divulgação financeira nos sítios eletrônicos de municípios portugueses durante o processo de convergência das normas do país às normas internacionais. Entre os resultados, identificou-se uma média de 65% de divulgação geral. Por meio da regressão de Poisson, a pesquisa validou três das sete hipóteses e concluiu que as variáveis dimensão populacional e endividamento líquido exercem influência positiva na divulgação, enquanto, ideologia política de direita impacta de maneira negativa.

As variáveis condição financeira e transferências intergovernamentais também foram estudadas por Muñoz, Bolívar e Hernández (2013) em um trabalho de meta-análise, que confirmou a associação estatisticamente significativa de variáveis com o nível de divulgação financeiro no setor público. A pesquisa concluiu, também, que efeitos moderadores influenciam essas associações, como o meio empregado na divulgação, a cultura administrativa dos países, a esfera governamental e a unidade de medida utilizada.

Em outra pesquisa de meta-análise, Bolívar, Muñoz e Hernández (2013) identificaram os principais determinantes da transparência de informações financeiras públicas, que são: a condição financeira, os subsídios intergovernamentais, competição política, o tamanho do governo e a riqueza dos cidadãos. Os resultados demonstraram uma relação positiva das variáveis com o nível de divulgação financeira, mas isto depende do contexto do estudo, sendo as principais variáveis moderadoras a cultura administrativa do país e a unidade de medida utilizada.

Assim, é possível supor, com base na literatura, que um dos principais fatores que influencia a divulgação de informações financeiras na administração pública municipal é o tamanho do município, medido pelo número de habitantes (BOLÍVAR; MUÑOZ; HERNÁNDEZ, 2013; INGRAM, 1984; PÉREZ; HERNÁNDEZ, 2009; PIRES, 2012; ZIMMERMAN, 1977). Essa variável tem relação positiva com base na Teoria da Agência, ou seja, quanto maior foi o

número de habitantes do município, maior será o nível de assimetria da informação e maior serão as chances de ocorrer conflito de agência.

Esta relação também é tratada pela Teoria da Legitimidade, considerando que entes maiores são mais pressionados pela sociedade, pois prestam serviços a um maior número de usuários, como também, recebem um volume maior de recursos e, conseqüentemente, tendem a ser mais transparentes (SERRANO-CINCA; RUEDA-TOMÁS; PORTILLO-TARRAGONA, 2009). Assim surge a primeira hipótese da pesquisa:

H1 - Existe uma relação positiva entre o nível de divulgação de informações financeiras da administração pública e o tamanho do município.

Ainda com base nas Teorias da Agência (AVELINO *et al.*, 2014; PIRES, 2012) e da Legitimidade (BOLÍVAR; MUÑOZ; HERNÁNDEZ, 2013; RIBEIRO; ZUCCOLOTTO, 2014) supõe-se que, quanto maior for a receita orçamentária da prefeitura, maior será o nível de divulgação das informações financeiras, em virtude da cobrança da transparência da aplicação dos recursos públicos pela população para garantir o bem-estar social. Então, a segunda hipótese da pesquisa é:

H2 - Existe uma relação positiva entre o nível de divulgação de informações financeiras e a receita orçamentária do município.

Nessa mesma direção, com base na Teoria da Agência, estudos mostram que existe uma relação positiva entre as transferências intergovernamentais recebidas pelos governos municipais e o nível de divulgação das informações financeiras (CHRISTIAENS; WINDELS; VANSLEMBROUCK, 2004; GIROUX; MCLELLAND, 2003; INGRAM, 1984; MUÑOZ; BOLÍVAR; HERNÁNDEZ, 2013;).

Bolívar, Muñoz e Hernández, (2013) afirmam que os fundos de transferências intergovernamentais são considerados essenciais na divulgação de informações financeiras, pois permiti o controle de recursos pelas agências centrais que os fornecem, tal como o governo estadual e federal. Assim, quando houver uma proporção substancial do financiamento de um município pelas demais esferas do governo, poderá haver a influência positiva destes entes sob o orçamento do município na forma de monitoramento da informação. Logo, a terceira hipótese da pesquisa é:

H3 - Existe uma relação positiva entre o nível de divulgação de informações financeiras e as transferências intergovernamentais recebidas pelo município.

Pela ótica da Teoria da Agência, outra variável que possui relação com a divulgação de

informação financeira da administração municipal é a renda da população (AVELINO *et al.*, 2014; INGRAM, 1984). Por esta lógica, quanto maior for a renda da população de um município, maior será o nível de divulgação de informações financeiras públicas.

Segundo a literatura, nesse contexto existe a necessidade de os entes públicos serem mais transparentes pois o aumento da renda dos cidadãos eleva a sua expectativa sobre a quantidade e a qualidade dos serviços públicos prestados, como também, acabam por demandar mais informações sobre a aplicação dos recursos arrecadados, e se efetivamente estão sendo aplicados adequadamente (INGRAM, 1984). Dessa forma, a quarta hipótese da pesquisa é:

H4 - Existe uma relação positiva entre o nível de divulgação de informações financeiras e a renda da população do município.

Com base na Teoria da Agência, o nível de educação da população é outro fator de influência a divulgação de informações. Segundo Guillamón *et al.* (2016), a educação mais alta dos cidadãos proporciona uma maior pressão sobre a administração pública pela transparência de seus atos. Para uma busca adequada de informações, a população precisa ter capacidade de acessar, selecionar, interpretar e julgar as informações disponibilizadas, o que ocorre com um maior nível educacional (RÍOS; BENITO; BASTIDA, 2013). Assim, a quinta hipótese da pesquisa é:

H5 - Existe uma relação positiva entre o nível de divulgação de informações financeiras e o nível de educação da população do município.

Além do mais, em face da Teoria da Legitimidade, a condição financeira do município é outro fator que pode ser considerado determinante sob os níveis de divulgação da informação financeira, sendo esta variável medida, em estudos empíricos, pelo nível de endividamento (INGRAM, 1984). Zimmerman (1977) explica que os políticos podem ter incentivos para reduzir o custo da dívida, a fim de aumentar os recursos disponíveis para outros programas que elevam a sua reputação perante os seus eleitores, ou ainda, podem ter o interesse em divulgar informações voluntariamente para reduzir assimetrias de informação, e assim, o risco percebido pelos agentes externos, que por sua vez reduzirá o custo do empréstimo do governo.

Bolívar, Muñoz e Hernández (2013) sugerem que a condição financeira exerce influência positiva em governos municipais, pois a pressão exercida pelas partes interessadas sobre os funcionários públicos que possuem a responsabilidade sobre a administração da

dívida é alta e leva esses agentes a fornecer um maior nível de divulgação. Desse modo, a sexta hipótese da pesquisa é:

H6 - Existe uma relação positiva entre o nível de divulgação de informações financeiras e a condição financeira do município.

Com base na literatura, seis hipóteses foram levantadas sobre os fatores determinantes do nível de divulgação de informações financeiras sob a ótica da relação entre a administração pública municipal e a sociedade. Na próxima seção apresenta-se a metodologia da pesquisa.

3 METODOLOGIA

3.1 AMOSTRA DA PESQUISA: A REGIÃO OESTE DO PARANÁ

O Brasil é formado por 5.565 municípios, incluindo o Distrito Federal, dos quais 399 compõem o estado do Paraná. Para a presente pesquisa, optou-se por um processo de amostragem por conveniência. Assim, selecionou-se a mesorregião oeste do estado, que é composta por 50 municípios e subdividida em três microrregiões. Os critérios para escolha da referida região foram a sua relevância econômica e ser o local de domicílio do pesquisador.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a região possui estimado cerca de 1,3 milhões de habitantes, distribuídos espacialmente em uma área total de 22 mil km². O Produto Interno Bruto (PIB), a preços correntes da região em 2016, foi de 52,3 bilhões de reais, o equivalente ao montante de 40,2 mil reais *per capita*. A região oeste é a terceira maior em PIB no estado, possuindo 13% da economia do Paraná, atrás das regiões metropolitana de Curitiba e do Norte Central (IBGE, 2019).

Na área pública, a região recebe muitos recursos públicos provenientes de transferências intergovernamentais, seja para investimentos e modernização das cidades, incentivos fiscais na agricultura, royalties, entre outros recursos, o que torna a divulgação de informações financeiras uma atividade essencial para as prefeituras dos municípios da região, com o intuito de apresentar resultados satisfatórios à população, receber recursos e legitimar as ações do governo. Em suma, é possível notar que a região oeste do Paraná é um importante locus para a pesquisa sobre os fatores determinantes do nível de divulgação financeira no setor público.

3.2 DELINEAMENTO E PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS DA PESQUISA

Metodologicamente, esta pesquisa caracteriza-se como descritiva, documental e quantitativa (RICHARDSON, 2017), com dados de fontes secundárias do ano base de 2018, utilizando na análise de dados as técnicas da estatística descritiva e da regressão linear múltipla (HAIR JR *et al.*, 2005).

A coleta de dados foi realizada por meio de informações constantes nas demonstrações contábeis dos municípios, disponíveis nos seus Portais da Transparência, e de informações secundárias de bases de dados públicas, tais como o IBGE, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), o Portal da Transparência do Governo Federal e da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), disponíveis publicamente na Internet.

A variável dependente da pesquisa é o “Índice de Divulgação Financeira (IDF)”, construída por meio da aplicação de um *checklist* nos relatórios contábeis do município, elaborado com base no MCASP. A referência para aplicação do *checklist* é semelhante à utilizada nos estudos de Eisenberg (2004), Holzer e Kim (2006) e Mello (2009), que utilizou uma escala de 0 a 3, também aplicada à coleta de informações e dados em sítios eletrônicos.

O IDF desta pesquisa considera os seguintes parâmetros do nível de divulgação de informações financeiras: 0 – prática não existente ou não identificada, 1 – existência de poucas informações ou parte da prática, 2 – existência quase total da informação ou prática, no presente estudo quando o demonstrativo é divulgado em conformidade com MCASP e sem nota explicativa ou em desconformidade com o MCASP e com nota explicativa, e 3 – informação ou prática completa, ou seja, divulgado em conformidade com o MCASP e com nota explicativa. A escala do *checklist* é apresentada no Quadro 1.

Quadro 1 - Escala de referência do Índice de Divulgação Financeira

<i>Escala</i>	<i>Descrição</i>
0	Não identificada a divulgação.
1	Divulgado em desconformidade com o MCASP e sem nota explicativa.
2	Divulgado em desconformidade com o MCASP ou sem nota explicativa.
3	Divulgado em conformidade com o MCASP e com nota explicativa.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.

Considerando a parte V do MCASP em sua 7ª edição, com vigência para os exercícios de 2017 e 2018, a pontuação atingida por cada município referente ao nível de divulgação

financeira é de no mínimo zero, nos casos em que não for identificada a divulgação de nenhum dos demonstrativos apresentados, e no máximo dezoito pontos, atingidos caso o município divulgue todas as demonstrações em conformidade com o MCASP e com a apresentação das Notas Explicativas.

A variável “tamanho (TAM)” foi medida pelo número de habitantes do município, com base nos dados do IBGE de 2018. A variável “receita orçamentária (REC)” do município foi obtida no sítio eletrônico do TCE-PR, referente ao ano de 2018. A variável “transferências governamentais (TRANSGOV)” foi calculada pela soma do total de transferências do governo federal ao município dividido pelo seu número de habitantes, obtidos no portal da transparência do governo federal.

A variável “renda (RENDA)” foi extraída do site da FIRJAN, com base no IFDM dos setores Emprego e Renda, construído a partir de informações sobre a geração de emprego formal, taxa de formalização do mercado de trabalho, geração de renda, massa salarial real no mercado de trabalho formal e o índice de Gini, que mede a desigualdade de renda no trabalho formal. O IFDM – Emprego e Renda de 2018 possui como base informações de 2016.

A variável “educação” foi construída a partir da variável anos de estudo da população, obtida no site do IBGE, com informação de 2010. Já a variável “condição financeira” será construída a partir do índice de execução orçamentária corrente utilizado no estudo de Baldissera (2018). As variáveis são apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2 - Variáveis da pesquisa

Variável	Teoria*	Estudos Anteriores	Sinal	Ano	Fonte
Índice de Divulgação Financeira	A e L	Pires (2012), Bolívar, <i>Muñoz e Hernández</i> (2013) e Castro (2016).	N/A	2018	Portal da Transparência Municipal
Tamanho	A	Zimmerman (1977), Ingram (1984), Serrano-Cinca, Rueda-Tomás e Portillo-Tarragona (2009), Pérez e Hernández (2009) e Pires (2012).	+	2018	Banco de Dados do IBGE
	L	Bolívar, Muñoz e Hernández (2013).	+		
Receita	A	Pires (2012) e Avelino <i>et al.</i> (2014).	+	2018	TCE-PR
	L	Bolívar, <i>Muñoz e Hernández</i> (2013), Ribeiro e Zuccolotto (2014).	+		
Transferências Governamentais	A	Ingram (1984), Giroux e McLelland (2003) e Christiaens, <i>Windels e</i>	+	2018	Portal da Transparência do Governo Federal

		<i>Vanslebrouck (2004).</i>			
Renda	A	Ingram (1984), Avelino <i>et al.</i> (2014).	+	2016	Sistema FIRJAN
Educação	A	Guillamón <i>et al.</i> (2016).	+	2010	IBGE
Condição Financeira	L	Bolívar, Muñoz e Hernández (2013) e Baldissera (2018).	+	2018	TCE-PR
Teorias: A = Agência e L = Legitimidade					

Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.

Após a apresentação das variáveis, no próximo tópico são apresentados os procedimentos de análise de dados empregados na pesquisa.

3.3 PROCEDIMENTOS DE TRATAMENTO E ANÁLISE DE DADOS

Para atingir o objetivo geral, a análise de dados será dividida em três etapas: um resumo descritivo dos dados, utilizando-se medidas de frequência e de tendência central e a aplicação da regressão linear múltipla. Para o desenvolvimento desta etapa, utilizou-se como softwares de apoio o Microsoft Excel e o Statistical Package for the Social Sciences (SPSS).

Para aplicar a regressão linear múltipla e avaliar a relação entre a variável dependente IDF e as variáveis independentes TAM, REC, TRANSGOV, RENDA, EDUC, CONDFIN, foi realizado o tratamento dos dados pelo método do Z-Score de distribuição normal padrão. Esta técnica padroniza as variáveis do estudo em uma distribuição normal, com média igual a 0 e desvio padrão igual a 1. A Equação 1 apresenta a função de regressão.

$$Zscore(IDF)_i = \alpha_i + Zscore(TAM)_i + Zscore(REC)_i + Zscore(TRANSGOV)_i + Zscore(RENDA)_i + Zscore(EDUC)_i + Zscore(CONDFIN)_i + \varepsilon_i \quad (1)$$

Para a inferência das estimativas, os resultados de saída do modelo de regressão devem atender os pressupostos de normalidade dos resíduos, homocedasticidade dos resíduos, ausência de autocorrelação serial dos resíduos e multicolinearidade entre variáveis independentes (HAIR JR. *et al.*, 2005). Após a verificação do atendimento dos pressupostos da técnica, avalia-se a contribuição que as variáveis independentes significativas estatisticamente impactam no resultado da variável dependente. Dito isso, a próxima seção apresenta a análise de dados e discussão dos resultados da pesquisa.

4 RESULTADOS

4.1 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

Na Tabela 1 é possível visualizar por quartis um resumo do nível de cumprimento de divulgação de informações das demonstrações contábeis, de acordo com o MCASP e as normas internacionais de contabilidade pública, pelos municípios da região oeste paranaense.

No primeiro quartil de frequência existem sete municípios que apresentam IDF 0, ou seja, não foi identificada a divulgação de nenhum demonstrativo. Nesse quartil também se enquadraram os municípios que apresentaram IDF de 1 a 3, o que representa um baixo score do índice. Esses municípios, em sua maioria, divulgaram o BP e a DVP, porém a maioria apenas divulgou a demonstração, sem atender os requisitos de elaboração e a apresentação de nota explicativa.

No segundo quartil de frequência, têm-se municípios que apresentaram IDF de 4 a 6, que da mesma maneira que no primeiro quartil, apresentam a maior parte de suas informações em virtude da divulgação das demonstrações BF, BP e DVP. Apenas um município divulgou a DMPL. Tanto no primeiro quanto no segundo quartil, a maioria dos municípios não divulgaram informações relativas a DFC e a DMPL.

No terceiro quartil, incluem-se os municípios que apresentaram score IDF entre 7 e 8. Todos esses municípios apresentaram, de alguma forma, divulgação dos demonstrativos BO, BF, BP e DVP, e mais da metade divulgaram a DFC, porém, nenhum apresentou a DFC em conformidade com o MCASP ou acompanhada de Nota Explicativa. Não foi identificada a divulgação da DMPL por nenhum município.

O quarto quartil agrupou os municípios que apresentaram maior score do IDF da mesorregião Oeste, de 9 a 16. Da mesma forma que no terceiro quartil, todos os municípios divulgaram as demonstrações contábeis do BO, BF, BP, DVP e da DFC, a maior parte das divulgações em conformidade com o MCASP ou acompanhada de Nota Explicativa e alguns demonstrativos em conformidade com o MCASP e com Nota Explicativa. Apenas dois municípios apresentaram informações sobre a DMPL.

Tabela 1 - Análise da Frequência de Divulgação das Demonstrações Financeiras conforme o MCASP pelos Municípios do Oeste do Paraná

Quartil	Estatística	IDF	% de cumprimento das demonstrações contábeis						%TOTAL
			%BO	%BF	%BP	%DVP	%DFC	%DMPL	
1° Quartil	Mínimo	0	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
	Média	1	0%	0%	4%	3%	0%	0%	7%
	Máximo	3	0%	6%	17%	11%	0%	0%	17%
2° Quartil	Mínimo	4	0%	0%	6%	0%	0%	0%	22%
	Média	5	3%	4%	10%	11%	0%	1%	28%
	Máximo	6	11%	11%	17%	17%	0%	11%	33%
3° Quartil	Mínimo	7	11%	6%	6%	11%	0%	0%	39%
	Média	8	11%	6%	11%	11%	3%	0%	42%
	Máximo	8	11%	6%	17%	11%	6%	0%	44%
4° Quartil	Mínimo	9	0%	6%	11%	11%	0%	0%	50%
	Média	10	10%	8%	13%	12%	9%	3%	56%
	Máximo	16	17%	17%	17%	17%	11%	17%	89%

Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.

Um fato relevante que foi possível observar é que quase a totalidade dos municípios da região não ultrapassaram o percentual de 50% de cumprimento da evidenciação de informações segundo o MCASP, conforme a escala de referência adotada. Isso denota que os municípios estão apresentando suas informações contábeis de maneira desatualizada segundo as normas de contabilidade aplicadas ao setor público.

Na Tabela 2 é apresentada a estatística descritiva da amostra. A variável TAM apresentou média de 26.149 habitantes por município, sendo três vezes maior do que a mediana de 8.542 habitantes. A REC média dos municípios é de 92 milhões de reais, com mediana três vezes menor, em 36 milhões. Nessa métrica, é possível visualizar a amplitude da dispersão dos dados, visto que o orçamento máximo de um município da região foi de 913 milhões, enquanto o desvio padrão gira em torno de 174 milhões para mais ou para menos. O valor mínimo é zero, pois algum município não registrou sua receita no TCE.

A variável TRANSGOV apresentou média de 2.719 mil reais por habitante, sendo a mediana de 1.670 mil reais. A variável RENDA média dos municípios foi de 0,54, muito próxima da mediana de 0,52. Há municípios que não apresentaram valor, com índice zero, e o valor máximo obtido na amostra foi de 0,78.

A variável EDUC apresentou uma média de 4,8 anos por habitante, muito próximo da mediana. O desvio padrão é de 0,8 anos para mais ou para menos. O valor mínimo é de três anos e o máximo é de 6,4. De modo geral, é possível afirmar que a população apresenta um baixo nível de escolaridade na região, mesmo com uma estrutura universitária organizada.

A CONDFIN apresentou média dos valores foi de 1,13 e a mediana de 1,12, o que indica que a maior parte dos municípios tem condição de se manter financeiramente, equilibrando a sua arrecadação de receitas com suas obrigações de despesas no período. Contudo, há extremos na amostra, com municípios com uma condição financeira elevada (máximo de 1,79) e municípios em situação de baixa condição financeira (mínimo de 0,20).

Tabela 2 - Estatística descritiva das variáveis independentes do estudo

	IDF	TAM	REC	TRANSGOV	RENDA	EDUC	CONDFIN
Mínimo	0,00	2.258	0.00	501,96	0,00	3,03	0,00
Média	5,42	26.149	92.149.282	2.179,95	0,54	4,81	1,130
Mediana	6,00	8.542	36.920.650	1.670,23	0,52	4,86	1,12
Máximo	16	324.476	913.000.000	7.573,99	0,78	6,47	1,79
Desvio Padrão	3,52	59.003	174.000.000	1.341,79	0,13	0,86	0,20
Jarque-Bera (JB)	0,23	665,18*	546,58*	63,57*	44,54*	1,86	823,85*

Nível de significância a 1% (*), 5% (**) e 10% (***)

Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.

Na Tabela 2 também é possível observar que, por meio do teste de Jarque-Bera, as variáveis TAM, REC, TRANSGOV, RENDA e CONDFIN apresentaram significância estatística a um nível de 1% e as variáveis IDF e EDUC não, em função de valores *outliers*. Para normalizar os dados e padronizar as escalas, procedeu-se com a aplicação do teste Z-Score.

A Tabela 3 apresenta os resultados da regressão linear múltipla. Das seis variáveis independentes que havia no modelo, somente a variável RENDA foi significativa para explicar o IDF dos municípios do Paraná, aceitando-se a Hipótese 4 do estudo. Todas as demais variáveis possuíram coeficientes betas com significância estatística maior que 5%, não podendo-se inferir sobre a relação das mesmas com o IDF.

Por meio do Teste F verificou-se que o modelo é explicativo e significativo ($0,03 < 0,05$). O poder explicativo desta regressão, obtido pelo valor de R, explica 31% das variações da variável IDF, que mede o nível de divulgação de informações financeiras do setor público.

O modelo obtido aponta que a variável RENDA é estatisticamente significativa ($0,03 < 0,05$) e positiva para explicar as variações da variável IDF. O pressuposto da normalidade foi averiguado com o teste de Kolmogorov-Smirnov Z, que indica que com uma significância de $0,961 > 0,05$, as variáveis seguem distribuição normal.

Além disso, verificou-se o pressuposto da autocorrelação residual por meio do teste de Durbin-Watson, que com o resultado de 2,148 dentro do intervalo de > 2 e < 4 indica que os resíduos não são autocorrelacionados. A homocedasticidade foi avaliada pelo teste de

Pesarán-Pesarán, que com resultado de significância de 0,81, maior 0,05, indica que a variância dos resíduos se mantém constantes.

Tabela 3 - Regressão linear múltipla entre o IDF e as variáveis do estudo

<i>Descrição do Modelo</i>	<i>Beta</i>	<i>Teste t</i>	<i>Significância</i>
(Constante)	0,00	0,00	1,00
Zscore (RENDA)	0,31	2,24	0,03*
<i>Pressupostos da regressão</i>			
	<i>Teste Aplicado</i>	<i>Resultados</i>	<i>Significância</i>
1. Ajuste do Modelo	F	5,01	0,03*
2. Normalidade das Variáveis	Kolmogorov-Smirnov Z	0,50	0,96***
3. Homocedasticidade	Pesarán-Pesarán	0,91	0,91***
4. Ausência de Autocorrelação Serial	Durbin-Watson	2,15	Entre 2 > 4
5. Poder explicativo do Modelo	R	0,31	31%
<i>Variáveis excluídas do modelo</i>			
	<i>Beta</i>	<i>t</i>	<i>Sig.</i>
Zscore (TAM)	-0,05	-0,33	0,75
Zscore (REC)	-0,07	-0,48	0,63
Zscore (EDU)	0,12	0,78	0,44
Zscore (TRANSGOV)	-0,15	-0,97	0,34
Zscore (CONDFIN)	-0,03	-0,21	0,84

Nota: Nível de significância de 5% (**). Nível de significância maior que 5% (***).

Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.

4.2 DISCUSSÃO DE RESULTADOS

A literatura sobre os determinantes da divulgação de informações financeiras na administração pública municipal sugere que existe uma série de fatores que influenciam a evidenciação de informações contábeis e financeiras no setor público.

Este estudo utilizou um índice de divulgação financeira criado com base nas novas normas de contabilidade aplicadas ao setor público e testou esta relação com seis variáveis distintas, o tamanho do município, as receitas orçamentárias, as transferências governamentais, a renda municipal, a educação da população e a condição financeira do governo. Os resultados obtidos nos permitiram aceitar H4, podendo-se afirmar que há uma relação positiva e significativa entre a renda municipal e o nível de divulgação financeira do município, e não nos permitiram inferir sobre as demais hipóteses do estudo.

Segundo Pires (2012), municípios de grandes dimensões revelam uma maior capacidade de prestar contas de suas atividades com maior qualidade. Assim, tenderiam a divulgar mais informações contábeis e financeiras. Além disso, esses municípios são mais cobrados de seus munícipes e pelo governo a prestar um maior número de informações

relevantes em função da elevada quantidade de recursos recebidas pela administração municipal.

Esta característica não foi encontrada na região oeste do Paraná, talvez pela maior parte dos municípios ser de micro ou pequeno porte. Os maiores municípios da região são Foz do Iguaçu, Cascavel e Toledo, mas do ponto de vista da estatística, eles poderiam ser considerados *outliers* em termos de população, pois grande maioria dos municípios possui uma população estimada entre 10.000 e 70.000 habitantes.

Alguns estudos que relacionam a Teoria da Agência na ótica da relação entre governo e sociedade Ingram (1984) e Avelino *et al.* (2014) também afirmam que, quanto maior for o nível de renda dos cidadãos de um município, maior tende a ser o nível de divulgação de informações financeiras pela prefeitura municipal pela necessidade de transparência das ações do governo, pois os cidadãos demandam mais informações sobre a aplicação adequada dos recursos públicos arrecadados. Assim, para reduzir a assimetria da informação, o conflito de agência e até mesmo os custos políticos, o governo divulga uma maior quantidade de informações.

Ressalta-se que o objetivo geral do trabalho foi analisar os fatores determinantes da divulgação de informações financeiras no governo dos municípios do oeste do Paraná. O objetivo foi atendido ao se pesquisar na literatura os determinantes do nível de divulgação de informações financeiras da administração pública municipal, pela criação de um índice de divulgação financeira e pela aplicação da regressão entre as variáveis, aceitando-se a hipótese 4 que trata da relação entre divulgação de informações e a renda municipal.

5 CONCLUSÃO

Esta pesquisa contribuiu de várias formas ao buscar compreender a realidade dos municípios brasileiros da região oeste do Paraná, por meio da construção e do relacionamento entre a teoria, métricas e indicadores que explicam a temática da divulgação de informações financeiras públicas municipais e sua relação entre o agente (governo) e o principal (sociedade).

Entre as limitações da pesquisa pode-se citar o período de divulgação das variáveis independentes, que não estão padronizados e o momento da pesquisa, que representa uma fase de adaptação dos municípios às novas normas de contabilidade aplicadas ao setor

público, e que por isso houve um baixo número de municípios da amostra que possuíram suas informações divulgadas em conformidade com as normas internacionais.

Como sugestão de estudos futuros, sugere-se ampliar a amostra da pesquisa para outras regiões do país, e utilizar outras *proxies* como renda *per capita*, investimento em educação e transferências governamentais estaduais e federais em conjunto. Sugere-se também um estudo específico para a validação da escala do IDF de referência com uma base maior de municípios, utilizando modelagem de equações estruturais.

Outras técnicas econométricas que podem ser aplicadas em pesquisas futuras são as regressões probabilísticas, a correlação de Pearson e modelos de envelopamento de dados. Por fim, espera-se que esta pesquisa tenha contribuído para desenvolver novos caminhos para o estudo na área da contabilidade pública.

REFERÊNCIAS

AVELINO, B. C. *et al.* Características explicativas do nível de disclosure voluntário de municípios do estado de Minas Gerais. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 13, n. 2, p. 571-608, 2014. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/race/article/view/4099>. Acesso em: 05 fev. 2020.

BALDISSERA, J. F. **Determinantes da Transparência Pública: um estudo em municípios brasileiros sob a ótica da teoria da escolha pública**. 2018. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel: UNIOESTE, 2018.

BEUREN, I. M.; SÖTHER, A. A teoria da legitimidade e o custo político nas evidenciações contábeis dos governos estaduais da região sudeste do Brasil. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 3, n. 5, p. 98-120, 2009.

BOLÍVAR, M. P. R.; MUÑOZ, L. A.; HERNÁNDEZ, A. M. L. Determinants of financial transparency in government. **International Public Management Journal**, v. 16, n. 4, p. 557-602, 2013.

CASTRO, M. C. C. S. **Convergência das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público aos padrões internacionais: análise da evidenciação pelos estados brasileiros e pelo Distrito Federal**. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Centro de Pós-Graduação e Pesquisa em Contabilidade e Controladoria da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 2016.

CHRISTIAENS, J.; WINDELS, P.; VANSLEMBROUCK, S. Accounting and management reform in local authorities: A tool for evaluating empirically the outcomes. **Working Papers of Faculty of Economics and Business Administration**, Ghent University, Belgium 04/277, Ghent

University, Faculty of Economics and Business Administration, 2004. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/24125782>. Acesso em: 05 fev. 2020.

EISENBERG, J. Um quadro comparativo de sites de prefeituras municipais. *In*: CHAHIN, A.; CUNHA, M. A.; KNIGHT, P. T.; PINTO, S. L. **E-gov.br: a próxima revolução brasileira**. São Paulo: Prentice Hall, 2004. p. 323-326.

GARCÍA, A. C.; GARCÍA-GARCÍA, J. Determinants of online reporting of accounting information by Spanish local government authorities. **Local Government Studies**, v. 36, n. 5, p. 679-695, 2010.

GIROUX, G.; MCLELLAND, A. J. Governance structures and accounting at large municipalities. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 22, n. 3, p. 203-230, 2003.

GUILLAMÓN, M. D.; BASTIDA, F.; BENITO, B. The determinants of local government's financial transparency. **Local Government Studies**, v. 37, n. 4, p. 391-406, 2011.

GUILLAMÓN, M. D.; RIOS, A. M.; GESUELE, B.; METALLO, C. Factors influencing social media use in local governments: The case of Italy and Spain María. **Government Information Quarterly**, v. 33, p. 460-471, 2016.

HAIR JR., J. F. *et al.* **Fundamentos de métodos de pesquisa em Administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HOLZER, M.; KIM, S. T. **Digital governance in municipalities worldwide (2005)**: a longitudinal assessment of municipal websites throughout the world. Division for Public Administration and Development Management. Department of Economic and Social Affairs, United Nations, 2006. Disponível em: <http://edoc.vifapol.de/opus/volltexte/2009/1151/>. Acesso em: 15 ago. 2019.

IBGE. **Cidades@**: informações municipais. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 05 fev. 2000.

INGRAM, R. W. Economic incentives and the choice of state government accounting practices. **Journal of Accounting Research**, v. 22, n. 1, p. 126-144, 1984.

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, v. 3, n. 4, p. 305-360, 1976.

MARQUES, M. D. C. D. C. Aplicação dos princípios da governança corporativa ao setor público. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 11, n. 2, p. 11-26, 2007.

MELLO, G. R. **Estudo das práticas de governança eletrônica**: instrumento de controladoria para a tomada de decisões na gestão dos estados brasileiros. 2009. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de São Paulo, São Paulo: USP, 2009.

MUÑOZ, L. A.; BOLÍVAR, M. P. R.; HERNÁNDEZ, A. M. L. Financial determinants for improving public sector accountability: a meta-analytic study. **Transylvanian Review of Administrative Sciences**, Special Issue, p. 66-87, 2013.

PATTEN, D. M. The relation between environmental performance and environmental disclosure: a research note. **Accounting, Organizations and Society**, v. 27, n. 8, p. 763-773, 2002.

PERES, U. Custos de transação e estrutura de governança no setor público. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 9, n. 24, p. 15-30, 2007.

PÉREZ, C. C.; HERNÁNDEZ, A. M. L. Governmental financial transparency in MERCOSUR member countries. **International Review of Administrative Sciences**, v. 75, n. 1, p. 169-181, 2009.

PÉREZ, C. C.; BOLÍVAR, M. P. R.; HERNÁNDEZ, A. M. L. E-Government process and incentives for online public financial information. **Online Information Review**, v. 32, n. 3, p. 379-400, 2008.

PIRES, W. C. **Os determinantes da divulgação da informação financeira na Internet: evidência empírica nos municípios Portugueses**. 2012. Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Finanças) – Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Bragança, Bragança: IPB, 2012.

RIBEIRO, C. P. P.; ZUCCOLOTTO, R. A face oculta do Leviatã: transparência fiscal nos municípios brasileiros e suas determinantes socioeconômicas e fiscais. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 33, n. 1, p. 37-52, 2014.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

RÍOS, A. M.; BENITO, B.; BASTIDA, F. Determinants of central government budget disclosure: an international comparative analysis. **Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice**, v. 15, n. 3, p. 235-254, 2013.

ROCHA, I.; PEREIRA, A. M.; BEZERRA, F. A.; DO NASCIMENTO, S. Análise da produção científica sobre teoria da agência e assimetria da informação. **REGE-Revista de Gestão**, v. 19, n. 2, p. 329-341, 2012.

SAITO, R.; SILVEIRA, A. D. M. D. Governança corporativa: custos de agência e estrutura de propriedade. **Revista de Administração de Empresas**, v. 48, n. 2, p. 79-86, 2008.

SELZNICK, P. **The organizational weapon: a study of Bolshevik strategy and tactics** .1. ed. Nova York: McGraw-Hill Book Company, 1952.

SERRANO-CINCA, C.; RUEDA-TOMÁS, M.; PORTILLO-TARRAGONA, P. Determinants of e-government extension. **Online Information Review**, v. 33, n. 3, p. 476-498, 2009.

VERRECCHIA, R. E. Essays on disclosure. **Journal of Accounting and Economics**, v. 32, p. 97-180, 2001.

ZIMMERMAN, J. L. The municipal accounting maze: An analysis of political incentives. **Journal of Accounting Research**, v. 15, p. 107-144, 1977.